Para além da “guerra” e da “paz”: Territórios de violência em Medellín

Beyond “War” and “Peace”: Territories of Violence in Medellín

Par-delà la «guerre» et la «paix»: territoires de violence à Medellín

Iván Darío Ramírez e Grazielle Costa

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/rccs/4840>

DOI: 10.4000/rccs.4840

ISSN: 2182-7435

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Edição impressa

Data de publicação: 1 Março 2012

Paginação: 117-132

ISSN: 0254-1106

Refêrencia eletrónica

Iván Darío Ramírez e Grazielle Costa, « Para além da “guerra” e da “paz”: Territórios de violência em Medellín », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 96 | 2012, colocado online no dia 15 fevereiro 2013, criado a 30 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/4840> ; DOI : 10.4000/rccs.4840

IVÁN DARÍO RAMÍREZ
GRAZIELLE COSTA

Para além da “guerra” e da “paz”: Territórios de violência em Medellín

O presente artigo tem por objetivo discutir as fronteiras da guerra e da paz a partir do contexto da cidade de Medellín. Defendemos que os períodos definidos como “guerra” e os momentos de “paz” se interpenetram. Problematicamos as leituras da violência que se focam exclusivamente no confronto entre atores armados, chamando atenção para as violências invisíveis a que a população desarmada, especialmente as mulheres, está submetida na “guerra” e na “paz” em Medellín. Destacamos o deslocamento intraurbano e o feminicídio como violências contínuas que afetam as mulheres de forma diferenciada e que permanecem excluídas das políticas de segurança pública da cidade.

Palavras-chave: Colômbia; conflitos urbanos; guerra; Medellín; paz; violência contra a mulher.

A Colômbia, desde sua fundação no século XIX, é um espaço de confronto entre representações de guerra e paz. A história oficial tem privilegiado alguns momentos específicos de exercício da violência política, chamando-os de “guerra”.¹ Somos, nesta leitura, tentados a assumir a “paz” como uma consequência da “guerra”, um estado de permanência na vida social, interrompido pela exceção da violência. Entretanto, um olhar mais atento para as histórias das pessoas comuns, invisíveis para os que têm autoridade para definir a História, revela uma relação íntima e dialética entre a “paz” e a “guerra” no país andino. Ou seja, “guerra” e “paz” são contínuos espaciais e temporais que cruzam a vida das colombianas e dos colombianos cotidianamente. Neste artigo, abordaremos a simbiose entre “guerra” e “paz” no contexto de Medellín, especialmente a partir da vivência das mulheres,

¹ Fazemos referência aqui às “guerras civis” do século XIX, à “guerra” denominada *La Violencia* na década de 1950 e à “guerra civil” que opõe Exército Colombiano e guerrilhas desde a década de 1960.

com o objetivo de desconstruir a neutralidade das percepções hegemônicas sobre a “guerra” e a “paz” naquele contexto.

Medellín entre a “guerra” e a “paz”

Medellín é um espaço político que ilustra o processo de interpenetração entre as visões dominantes sobre a “guerra” e a “paz”. A segunda cidade mais importante da Colômbia foi descrita na história oficial recente como um espaço violento,² atravessado pelas dinâmicas reprodutivas da “guerra”³ colombiana. A aparente “paz” urbana, mantida através de estratégias de controle e repressão da dissidência política nas cidades, foi rompida pela guerra declarada pelas autoridades de segurança aos narcotraficantes na década de 1980.

O negócio das drogas se consolidou na Colômbia nas décadas de 1970 e 1980, quando grandes proprietários de terra ingressaram no sistema produtivo de maconha e, em alguma medida, de cocaína. Tal fato ocasionou o aumento do valor da terra e a expulsão de muitos camponeses para a cidade. Na cidade de Medellín, o negócio se apoiou em uma estreita relação com as forças militares, policiais e com os principais grupos políticos da cidade. Os “narcodólares” se tornaram rapidamente o principal motor econômico da cidade, financiando clubes sociais e esportivos, empreendimentos imobiliários, concursos de beleza, eventos culturais e recreativos (Castro, 2005: 243).

Os narcotraficantes transitavam e influenciavam a dinâmica social e política no campo e na cidade, alternando estratégias de “guerra” (confronto armado direto contra os inimigos do narcotráfico) e estratégias de “paz” (subornos, ações populistas, apoio a candidaturas de simpatizantes do negócio, investimentos em infraestruturas e em construções). No campo, as principais ameaças aos interesses dos cartéis de drogas, dos proprietários de terra e dos empresários provinham dos grupos guerrilheiros, que controlavam parcialmente zonas significativas do território colombiano. Neste contexto, muitas pessoas foram forçadas a se deslocar do campo para a cidade. Para a organização não governamental CODHES (Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento),

Nos últimos 25 anos (1985-2010), pelo menos 5 195 620 pessoas (1 039 124 lares) foram deslocadas na Colômbia por razões de violência. Isto significa que, em média,

² Especialmente na década de 1980 Medellín ganhou estatuto internacional de cidade mais violenta da América Latina.

³ Aqui nos referimos à expressão mais visível da violência na Colômbia, qual seja o confronto armado entre guerrilhas, paramilitares e o Exército Nacional Colombiano.

a cada ano, no último quarto de século, 208 000 pessoas sofreram deslocamento forçado. Ou seja, 11,42% do total da população (quase 12 de cada 100 colombianos) foi obrigada a mudar de lugar de residência, porque sua vida, sua integridade física ou sua liberdade foram vulnerabilizadas ou seriamente ameaçadas”.⁴

O poder político dependeu, e ainda depende, da construção de fronteiras entre o campo “bárbaro” e a cidade “moderna” para se justificar (Kay, 2001: 743). No campo, lido como atrasado, a violência é autorizada como caminho para a civilização. Na cidade, por sua vez, promete-se a modernidade, através do controle das expressões ilegítimas e “irracionais” de violência. Este modelo político perverso responsabiliza os próprios camponeses pela violência política, violação dos direitos humanos e suspensão dos direitos sociais, mascarando um sistema agrário desigual e excludente (Melo, 1990: 33). O deslocamento para a cidade cria a expectativa de proteção, que se frustra no abandono dessas populações pelo poder público.

É este cenário que nos ajuda a compreender o crescimento populacional na cidade de Medellín a partir de 1980. Nesta década, o abundante dinheiro proveniente do negócio da droga era “lavado” em setores da economia formal como investimentos necessários ao desenvolvimento da cidade e à geração de novos empregos, em especial na construção civil. Medellín tornou-se, assim, um espaço de atração de colombianos vindos do campo, onde a violência se intensificava. O trânsito do campo para a cidade era uma tentativa da população deslocada de buscar as fronteiras da “paz urbana” no contexto da “guerra” colombiana.

A violência urbana em Medellín ganhou destaque na década de 1980, desestabilizando essas fronteiras entre a “guerra” e a “paz”. A “guerra” contra os cartéis de droga tornou a violência uma experiência cotidiana, midiaticizada e internacionalmente reconhecida. As notícias da “guerra” eram veiculadas recorrentemente como uma realidade triste, de um lugar incomum, que deveria ser vigiado e contido. Esta realidade se ligava à preocupação norte-americana em combater o tráfico de drogas na sua origem. Os EUA eram o principal mercado consumidor da droga colombiana, tomando a Colômbia como território privilegiado de sua guerra contra o narcotráfico (Castro, 2005: 251). O governo colombiano internalizou a intervenção, flexibilizando sua soberania para acomodar os interesses norte-americanos. Neste contexto, a Colômbia autorizou a extradição dos

⁴ Consultado a 18.12.2012, em http://www.es.lapluma.net/images/stories/documents_periodicos_app/Ultimo%20Informe%20Codhes%20Desplazamiento%20Forzado%20Colombia.pdf. A tradução das citações é da responsabilidade dos autores deste artigo.

narcotraficantes para os EUA, através de um tratado firmado durante o governo de Julio César Turbay, bem como permitiu a instalação em território colombiano de um escritório da agência antidrogas norte-americana.

A face mais visível da “guerra”, assim, apresentava o embate entre o cartel de Medellín e as forças de segurança da Colômbia e dos EUA em articulação. Diante da possibilidade de serem extraditados para os EUA, os narcotraficantes, na figura do “capo” Pablo Escobar especialmente, tentaram politizar-se, autodenominando-se “os Extraditáveis” (García Márquez, 1996: 28). Líder do cartel de Medellín, Pablo Escobar anunciou “preferir uma tumba na Colômbia a uma cela nos EUA” (*ibidem*). Os traficantes buscaram justificar uma onda de atentados e sequestros de políticos e pessoas com alguma ligação a eles como uma reação à extradição dos narcotraficantes presos para os EUA. Esta face da guerra não é neutra, tem implicações de gênero.

Os chefes e soldados do narcotráfico (“sicários”) eram homens e meninos. Seus inimigos eram homens, políticos, policiais ou militares. As mulheres, neste contexto, somente apareciam como instrumento de realização do poder masculino. O corpo das mulheres era um espaço de demonstração da força destes homens guerreiros. As “rainhas de beleza” (acompanhantes dos chefes) e as meninas dos bairros (“escolhidas” pelos sicários) eram prêmios que refletiam o sucesso masculino na guerra. Os homens guerreiros idolatravam e sacralizavam suas mães para justificar o dever de usar a violência contra seus inimigos. A mãe não tinha voz, mas era contada como o objetivo final da violência masculina:

Eles tinham em comum um fatalismo absoluto. Eles sabiam que morreriam jovens e se resignavam, e por isso para eles só importava o momento presente. Como desculpa para seus serviços abomináveis, eles diziam que deviam ajudar a família, comprar roupas de boa qualidade, ter uma motocicleta e cuidar do bem-estar de suas mães, que eles adoravam acima de tudo e por quem estavam prestes a morrer. (García Márquez, 1996: 68/69)

As mulheres vinculadas aos inimigos (policiais, militares e políticos) eram tomadas como uma extensão do corpo masculino alvo da violência. Mulheres ligadas afetivamente ao alvo político dos narcotraficantes foram sequestradas com o objetivo de mostrar a falência do guerreiro inimigo. Ali, se aplicava a lógica de uso do corpo das mulheres como arma de guerra, tomando as mulheres como depositárias da honra masculina. Em cada uma destas representações, tomamos contato com a violência de homens contra homens, justificada por construções dominantes de gênero. O corpo das mulheres apenas importava enquanto território de realização do poder masculino.

A morte de Pablo Escobar e a desarticulação do cartel de Medellín redirecionaram as estratégias de guerra usadas pelas forças de segurança. Os grupos que serviam ao narcotráfico se reacomodaram e encontraram novas formas de financiamento, especialmente através da aproximação com os grupos em confronto armado no campo (Castro, 2005: 197). A urbanização do confronto armado fez com que as forças de segurança da cidade redefinissem a “guerra” a partir da necessidade de impedir a contaminação da cidade pela barbárie do campo. Tal movimento autorizou a intensificação da violência contra as áreas mais pobres da cidade.

A partir do surgimento das milícias (no final dos anos 1980 e começo de 1990), braços urbanos das guerrilhas, o Estado subitamente respondeu, reconhecendo a crescente violência nos bairros como resultado de uma dívida social do governo para com as pessoas (em grande parte deslocados) que habitavam esses espaços. Foram realizados alguns investimentos públicos nesses locais para minimizar a influência guerrilheira. Um exemplo desta política de contenção, baseada em compensações sociais aos moradores dos bairros, foi a *Consejería* de Medellín, com planos sociais de combate ao problema da violência na cidade, no ano de 1990. A partir daí, iniciou-se um processo de negociação com as milícias guerrilheiras, em 1994, que resultou na desmobilização dos grupos independentes e no recuo do ELN⁵ e das FARC⁶ na cidade.

O processo de desmobilização alcançou fragmentar os centros de poder das guerrilhas nos bairros, mas não desmobilizar de fato os milicianos. Alguns foram alocados em empresas de vigilância/segurança privada, que nesse momento despontavam com força em Medellín, e que podem ser apontadas como uma das bases de fortalecimento do paramilitarismo na cidade.⁷ Destaque-se aqui a polêmica legalização das CONVIVIR⁸ e seu

⁵ Ejército de Libertación Nacional da Colômbia.

⁶ Fuerzas Armadas Revolucionárias da Colômbia.

⁷ No período entre 1994 e 2000 se deu a consolidação de estruturas armadas próprias, mais parecidas aos grupos existentes no Rio de Janeiro, com controle territorial, e imersos no negócio das drogas, que vendiam serviços aos grupos paramilitares, com uma consequente intensificação da situação de deslocamento forçado. Isto se deu mais a partir dos anos 2000, assentando as bases para que tais grupos fossem incorporados de maneira orgânica às estruturas paramilitares do chamado Bloque Metro e, posteriormente, do Bloque Cacique Nutibara, até o momento de suas desmobilizações nos anos 2003 e 2006.

⁸ Cooperativas rurais e urbanas de segurança privada (autodefesas), legalizadas pelo Decreto Ley 356 de 1994, que concedia o direito ao porte de armas a cidadãos que se declaravam apoiadores da força pública contrainsurgente. Foram extintas em 1997, por uma declaração de inconstitucionalidade da justiça colombiana. Entretanto, sua relevância simbólica permanece muito importante, tendo em vista que um de seus maiores defensores foi o ex-presidente da Colômbia Álvaro Uribe, que no período da legalização era governador do departamento de Antioquia. Em recente declaração, Uribe assumiu ter apoiado a organização de pelo menos 70 CONVIVIR no período em que era governador de Antioquia.

alcance em Antioquia, graças ao apoio do então governador Alvaro Uribe (Castro, 2005: 329). Assim, modificava-se na segunda metade da década de 1990 a apresentação dos atores violentos em Medellín, mas não as bases de sustentação da violência. Ou seja, a violência continuava refletindo os mesmos rostos e experiências, mas o rótulo mudou. Agora os delinquentes e subversivos passavam a contrainsurgentes e colaboradores das forças de segurança pública.

Simultaneamente, as Convivir foram se estendendo por muitas partes do território nacional, particularmente nas zonas de conflito. Como se tinha advertido, não só não serviram para diminuir o paramilitarismo, como muitas vezes ajudaram a fomentá-lo. De fato, nos onze departamentos mais afetados pelo conflito armado, registram-se atividades paramilitares em 70% dos municípios nos quais foram criadas as Convivir. (García-Peña, 2005: 62)

Após o desaparecimento de Escobar, o negócio das drogas foi herdado por Nato Berna (ou Don Berna). Este foi um dos principais colaboradores da polícia na “guerra” contra o cartel de Medellín. A aliança entre Don Berna e os grupos paramilitares deu origem ao grupo paramilitar Bloque Cacique Nutibara (Castro, 2005: 197). O Bloque Cacique Nutibara cresceu em poder, na década de 1990, e buscou consolidar seu domínio dos bairros pobres da cidade. A guerrilha, por sua vez, manteve o controle da Comuna 13 de Medellín, com a promessa de desempenhar o papel do omissso Estado na manutenção da segurança. O controle dos territórios da cidade implicava, tanto para guerrilheiros quanto para paramilitares, na extorsão das pessoas da comunidade e na restrição à mobilidade e ao comportamento de todos em nome de uma lealdade fundada na força do dinheiro e das armas (Peña, 1997: 85).

Uma vez mais é importante ressaltar a representação das mulheres como território de realização da “guerra”. Os membros dos grupos armados mantinham o controle do corpo feminino como forma de expressar seu poder diante das comunidades que controlavam. As meninas dos bairros eram “convencidas” a submeterem-se aos desejos dos homens armados em contrapartida de proteção e alguma segurança material. O motivo alegado por uma jovem de Medellín que entrevistamos para se relacionar com um paramilitar foi basicamente econômico; “benéficos” advindos da condição de namorada de um “paramilitar” ou “miliciano”, diante da falta de oportunidade de romper com a condição de extrema pobreza. “E começamos a conversar. E ele estava me oferecendo melhores condições de vida; que eu já não teria que aguentar fome. E aí eu pensei que poderia começar a falar

com ele e manter uma relação com ele e tudo”.⁹ A violência de se submeter ao desejo sexual do homem armado é antecedida por outras violências: desintegração da unidade familiar; ausência de vínculos sociais alternativos à violência; falta de oportunidades econômicas para satisfazer as necessidades básicas como alimentação, moradia, saúde e educação; insegurança gerada pela experiência de um deslocamento anterior. Do mesmo modo, a violência de se tornar parceira afetiva de um homem armado é sucedida por outras violências: identificação da menina com o grupo armado de seu parceiro, tornando-a vulnerável a violências de grupos rivais e forças policiais; iniciação sexual precoce; gravidez forçada pelo parceiro como forma de estender a vida que reconhece curta para os que estão envolvidos com a luta armada; deslocamentos forçados pela mudança das forças que controlam o bairro em que moram. Este contínuo de violência que atravessa momentos de “paz” e de “guerra” não aparece nas estatísticas oficiais, nem tampouco é considerado prioridade nas estratégias de enfrentamento da violência na cidade.

A “guerra” em Medellín entre guerrilheiros e paramilitares pelo controle territorial dos bairros da cidade levou o Estado a explicitar seu alinhamento com o paramilitarismo. As forças de segurança organizaram e executaram uma operação militar, idealizada pelo paramilitar Fabio Orión (um dos líderes do Bloque Cacique Nutibara¹⁰), para expulsar as milícias guerrilheiras da Comuna 13. A “operação Orión” consistiu em uma intervenção militar violenta, que resultou na retomada do controle da Comuna 13 pelas forças de segurança pública e pelo Bloque Cacique Nutibara e no silêncio sobre os efeitos da operação na vida das pessoas do bairro (deslocamentos, prisões e execuções arbitrárias, perseguição, delação e ameaças a pessoas supostamente envolvidas com a guerrilha).¹¹ Para além da violência física direta resultante do confronto, outras violências se seguiram à operação. Com a permanência de atores armados na Comuna 13, os meninos já não aspiravam ser milicianos ou guerrilheiros, mas soldados ou militares. Importante ressaltar também o tipo de relação estabelecida pelos atores armados com as mulheres no seu entorno.

Dados recentes demonstram que muitas crianças nascidas depois da “Operação Orión” são filhas de mulheres da Comuna 13 com os soldados

⁹ Entrevista com uma jovem de 18 anos, com quem conversamos em 04.09.2007, no âmbito do projeto “Paz e Reconciliação”, do qual participava como familiar de desmobilizado paramilitar.

¹⁰ Um dos grupos que integram o processo de desmobilização paramilitar na Colômbia, em curso no marco da “Lei de Justiça e Paz”.

¹¹ Informações sobre o contexto de violência em Medellín recolhidas a partir dos relatórios produzidos pelo Instituto Popular de Capacitação (IPC) e do seminário de Granda Marín e Ramírez Adarve, de 2001, sobre o contexto geral da violência em Medellín.

que se instalaram no território. Ou seja, o corpo das mulheres serviu como reprodutor da ideologia do dominador. Um artigo publicado no jornal *El Colombiano* assinala que:

Nesta retomada de controle por parte do Exército e da Polícia foram comuns os romances entre efetivos da força pública e as meninas do bairro, mas a maioria destes foram amores passageiros. E ainda que muitas meninas tenham engravidado, a maioria delas não relata uma história de sorte como a de Sandra, mas um drama de abandono na pobreza. ‘Eu atendi a mais de cinquenta meninas que engravidaram de soldados ou policiais da Operação Orión’ – conta uma religiosa, que prefere manter em sigilo seu nome. O mais comum é que tenham ficado sozinhas com a criança porque os agentes de polícia e os soldados foram transferidos para outras partes do país. Deixaram muitas crianças órfãs ou abandonadas e muitas mulheres desenganadas. Algumas delas me contavam que no início foram aos batalhões e comandos para saber o paradeiro do pai da criança, mas não conseguiram saber nada. Algumas mulheres abandonaram o bairro. [...] É comum que em bairros, localidades ou municípios onde se instalam bases militares aumente o número de gravidezes – explica Diana Molina, assessora do Centro de Recursos Integrales para a Família, Cerfami. As meninas, em sua pobreza e sem um projeto de vida, veem nos uniformizados uma saída dos seus problemas; creem que vão levá-las para morar com eles... Além disso, veem no uniforme um atrativo e em quem o veste alguém com reconhecimento na sociedade. Estão convencidas de que vão obter um lugar no bairro. Além destes valores simbólicos, o rapaz trabalha, tem salário e pode se manter. E muitos deles se aproveitam deste poder de sedução. (Saldarriaga, 2012)¹²

A partir da controversa “Operação Orión” e dentro das diretrizes do “Acordo de Santa Fé de Ralito”,¹³ firmado em 15 de julho de 2003, foi iniciado um plano de desmobilização paramilitar na cidade. A primeira desmobilização se deu com o Bloque Cacique Nutibara. Tal desmobilização foi questionada pelas organizações de direitos humanos por ser uma dissimulação, visto que muitos dos membros do grupo não se desmobilizaram de fato e que o plano não incluía a mais antiga estrutura armada paramilitar, conhecida como “Oficina de Envigado”.¹⁴ O processo também foi criticado por apresentar

¹² John Saldarriaga, *Los hijos que dejó la Operación Orión en la Comuna 13*, publicado no jornal “El colombiano”, de 12.02.2012. Consultado a 18.12.2012, em http://www.elcolombiano.com/BancoConocimiento/L/los_hijos_que_dejo_la_operacion_orion_en_la_comuna_13/los_hijos_que_dejo_la_operacion_orion_en_la_comuna_13.asp?CodSeccion=179.

¹³ Ver Acordo de Santa Fé de Ralito, consultado a 18.12.2012, em http://estaticos.elmundo.es/documentos/2003/04/guerras_olvidadas/santafederalito.pdf.

¹⁴ A “Oficina de Envigado” existe desde os tempos do narcotraficante Pablo Escobar e se reconhece como uma empresa criminal com uma grande estrutura militar e econômica que perdura no tempo e no espaço. Envigado é um município vizinho à cidade de Medellín.

como soldados das AUC membros de comunidades controladas por este grupo armado que não faziam parte da estrutura armada. Para o fim de estabelecer um diálogo político legal entre governo e desmobilizados, tornando estes últimos focos da atenção pública, criou-se a “Corporación Democracia”. O vínculo entre a “Corporación Democracia” e a “Oficina” se tornou evidente pela disputa interna à “Oficina” nos últimos três anos. Tal conflito desnudou o envolvimento de dirigentes e integrantes da “Corporación” com atividades ilegais, incluindo assassinatos no contexto da disputa entre mafiosos. Esses fatos são corroborados pelos documentos e relatórios publicados no portal “Verdadabierta” (www.verdadabierta.com).¹⁵

O jornal *El Colombiano*,¹⁶ em nota intitulada “Juiz pede investigação sobre falsa desmobilização”, chama atenção para o fato de que “a desmobilização do Cacique Nutibara também foi questionada em 2005 pela ONG Human Rights Watch. Um ex-chefe paramilitar, Fredy Rendón, conhecido como “El Alemán”, declarou que a desmobilização havia sido uma montagem”. Alguns pesquisadores sociais, entre os quais Max Yuri Gil, têm destacado que, na prática, a “Corporación Democracia” tinha duas estruturas paralelas. De um lado, havia uma estrutura legal que estabelecia contratos com o município de Medellín e figurava como interlocutora válida diante de diversas entidades. Por outro, configurava-se uma outra ilegal, clandestina, usada para delinquir. Tal cenário se tornou notório pelas investigações do corpo técnico de investigações da “Fiscalía General de la Nación”. Em um relatório enviado ao então vice-fiscal geral da Nação, Jorge Armando Otálora, concluído em 8 de fevereiro de 2006, o grupo de investigadores adverte que a pessoa conhecida por “Job” havia se convertido em “um verdadeiro obstáculo para a ressocialização de jovens nas comunas já que, enquanto estudavam e eram atendidos durante o dia com o objetivo de mudar suas vidas e a de suas famílias, nas noites eram recrutados para realizarem serviços como bandidos e sicários”. Neste ano, ironicamente, “Job” havia se tornado o principal porta-voz dos desmobilizados.

É preciso ressaltar que alguns desmobilizados cumpriram o processo e alcançaram ser reintegrados à vida social legal. Contudo, tal processo, de uma forma geral, ainda é pouco transparente e contestado no que se refere à criação de oportunidades sustentáveis para o desenvolvimento social integral dos jovens dos bairros de Medellín. Em especial, nossa principal crítica ao processo se

¹⁵ Consultado a 18.12.2012, em <http://verdadabierta.com/component/content/article/50-rearmados/3107-el-ocaso-de-la-corporacion-democracia>, de 22.03.2011.

¹⁶ Texto de Nelson Matta Colorado, em *El Colombiano*, de 04.05.2012. Consultado a 18.12.2012, em http://www.elcolombiano.com/BancoConocimiento/J/juez_pide_investigar_presunta_falsa_desmovilizacion/juez_pide_investigar_presunta_falsa_desmovilizacion.asp.

refere ao uso político da desmobilização, apresentando a cidade de Medellín como um exemplo de política de segurança bem-sucedida. A “paz” em Medellín é defendida como uma evidência corroborada pelas estatísticas que mostram a redução de homicídios, a reinserção social dos paramilitares e a ausência de confrontos armados. Contudo, para além do discurso oficial que mostra a transição de Medellín de um território de “guerra” para um espaço de “paz”, gostaríamos de voltar nossas atenções para violências continuadas entre estas leituras oficiais de “guerra” e “paz”.

Violências na “paz”

As violências que alcançaram reconhecimento nos relatos oficiais da história e nos discursos midiáticos não dão conta dos lugares de guerra invisíveis. Tais lugares são territórios simbólicos e físicos em que a violência é permitida, tanto em tempos definidos como “paz”, como em momentos lidos como “guerra”. De acordo com Cynthia Cockburn, múltiplas violências atravessam os espaços da “guerra” e da “paz”. Trata-se de “um contínuo de violência que invade as esferas social, econômica e política, com relações de gênero penetrando todas estas esferas, incluindo o poder econômico” (2004: 43). Ou seja, as violências da “guerra” em Medellín não se esgotam na expulsão e no extermínio dos inimigos, nem tampouco no domínio dos territórios. Tais violências antecedem e sucedem a experiência dos homens armados em combate. “A guerra não é um fato social isolado, mas antes algo que impregna, como realidade cultural o nosso cotidiano, fazendo com que para muitas e muitos a guerra se confunda com a paz” (Moura, 2007: 26).

Estas violências têm origem nas expectativas culturais associadas aos papéis de homens e mulheres em tempos de guerra. Os homens são construídos como combatentes; aqueles a quem cabe proteger as mulheres da violência inimiga. As mulheres, por sua vez, são tomadas como não combatentes, vulneráveis por sua natureza e incapazes de se autoproteger. Deste modo, homens e mulheres estabelecem, em tempos de guerra e paz, pactos de proteção, em que a violência masculina se autoriza pela necessidade de limitar a insegurança natural das mulheres (Enloe, 2007: 60-61). Este pacto se exacerba no momento de confronto direto entre grupos armados, mas subsiste nas relações cotidianas estabelecidas entre homens e mulheres no âmbito doméstico e no espaço público. Neste contexto de violência cultural, localizamos a submissão das jovens mulheres ao poder dos homens armados, em busca de proteção no local onde vivem:

As meninas gostam muito de homens que mantém armas [...]. O meu era desmobilizado. Fui falar com ele e não sabia. Quando eu estava com minha tia uma mulher

guerrilheira e um homem nos disseram que fôssemos que era muito bom. Tratam muito bem as mulheres, as defendem. Quando veem por exemplo um marido batendo na mulher, eles a defendem; que isso não deve acontecer enquanto eles cuidam do bairro; que não que um marido bata na mulher, não [...]. Defendem. Falam com eles.¹⁷

As mulheres devem vivenciar, ainda, o luto pela perda de um ente querido e a culpa pela incapacidade de proteger o espaço doméstico da contaminação pela violência pública. “Meu filho desapareceu, meu esposo discute comigo, me culpa todos os dias, me joga na cara. Porque eu não o deixava sair para nenhum lugar, que o mantinha muito fechado, que não dava liberdade”.¹⁸ Tradicionalmente afastadas da vida pública, ou seja, estranhas ao aparato burocrático de segurança social do Estado, percebem-se isoladas e desprotegidas, renovando o ciclo de submissão ao poder masculino armado:

Hoje estou vivendo com minha mãe, meu bebê e dois irmãos meus. Mas como minha mãe não tinha sustento, nem trabalho nem nada, começou a vender um plano de minutos de celular. E o menino adoeceu. E então ela teve que gastar o dinheiro dos minutos e não pôde pagar a fatura. Então como não pôde pagar a fatura por descumprimento de contrato, cobraram dela 600.000 (pesos colombianos). Então como ela não pôde pagar isso, a conta foi subindo e subindo. Então ela já está devendo um milhão (de pesos colombianos). E aí ligaram para ela de COMCEL¹⁹ para dizer que vão nos embargar a casa, que temos que desocupar. (...). Nós não temos para onde ir, nem nada. Estamos esperando para ver o que vamos fazer. [...] Minha mãe está sem trabalho e eu estou estudando [...] O papai do bebê colabora. Ele me dá dinheiro, roupa, leite. Com a ajuda dele estávamos nos sustentando mais [...] O que passa é que para conseguir ajuda do Estado, quando alguém chega tem que tirar a “carta de deslocado”. E nós não sabíamos nada disso. Minha mãe não sabia nada e eu era muito pequenina. Minha mãe não sabia nada e então não tiramos a carta. Precisamos dela e não temos.²⁰

O deslocamento forçado constitui uma violência em contínuo que as mulheres de Medellín devem enfrentar. O deslocamento forçado não é uma

¹⁷ Entrevista realizada com uma jovem de 18 anos, com quem conversamos em 04.09.2007, no âmbito do projeto “Paz e Reconciliação”, do qual participava como familiar de desmobilizado paramilitar do grupo Bloque Cacique Nutibara.

¹⁸ Entrevista de María Núbia Torres, participante do grupo “Madres de la Candelaria”, em setembro de 2007.

¹⁹ Empresa privada operadora de telefonia móvel na Colômbia.

²⁰ Entrevista realizada em 04.09.2007, com uma jovem integrada ao Programa “Paz e Reconciliação”, explicando-nos porque havia decidido ingressar no programa na condição de companheira de desmobilizado paramilitar do grupo Bloque Cacique Nutibara.

violência exclusivamente sofrida pelas mulheres. Entretanto, defendemos aqui que a vivência deste deslocamento impacta as mulheres de forma diferenciada. As mulheres se deslocam na maioria das vezes como sobreviventes de um processo violento anterior, que vitimou membros de sua família e que destruiu sua moradia e seus vínculos sociais. Neste sentido, precisam, ao mesmo tempo, elaborar o luto pela vida que ficou, no lugar do qual partem, e restabelecer as relações de cuidado e subsistência no local de chegada. A responsabilidade com o trabalho reprodutivo²¹ torna as mulheres mais vulneráveis à discriminação no espaço do trabalho produtivo. Elas são vistas com desconfiança, precisando provar que podem executar com competência as tarefas no espaço público. O deslocamento, em muitos contextos, transforma as mulheres em chefes de família, aumentando sua responsabilidade:

Como chefes de família, são as mulheres que se encarregam da segurança física, do bem-estar e da sobrevivência de suas famílias, com muito poucos recursos econômicos, na ausência de redes sociais de apoio e difíceis condições de inserção laboral. São elas que assumem com frequência a liderança de suas comunidades, enfrentando ameaças individuais e as que se dirigem contra suas organizações. A essa vulnerabilidade se somam a desapropriação de terras, a perda de bens, de ativos produtivos e de renda, a insegurança alimentar e a rejeição social. (Mesa de Trabajo “Mujer y Conflicto Armado”, 2006: 37)

A violência do deslocamento forçado não se encerra no trânsito entre o campo e a cidade. O deslocamento ocorre também dentro da cidade, de um bairro a outro, a partir da lógica de dominação dos grupos armados. As pessoas são forçadas a mudarem de bairro para escapar de ameaças ou para resistirem às estratégias violentas impostas à população desarmada nos territórios disputados pelos grupos armados.

Em Medellín, as mulheres já não são apenas vítimas indiretas da guerra (através do assassinato de seus esposos, filhos e parentes), senão também são assassinadas, esturpadas, deslocadas e ameaçadas, acusadas de serem informantes, amantes, namoradas, irmãs, filhas, colaboradoras ou companheiras de membros do grupo ‘contrário’. Ocorre, ainda, a sedução das meninas menores de idade e estudantes pelos atores bélicos para envolvê-las em suas ações bélicas ou criminosas. Nesse contexto, a violação sexual é utilizada como arma e os corpos das mulheres como instrumentos de guerra pelos atores armados. (Moreno Bedoya, 2003: 92)

²¹ Modalidade de trabalho ligada à administração da vida doméstica e ao cuidado com os entes queridos.

Para além da violência direta de terem que se deslocar para um novo local, deixando os vínculos sociais e materiais construídos, as deslocadas enfrentam violências econômicas, hostilidade e desconfiança nos lugares de chegada. Especialmente as mulheres que exercem liderança comunitária são perseguidas e sofrem múltiplas violências que têm por objetivo promover a desmobilização e a ruptura de possibilidades de identificação alternativas à violência (Moreno Bedoya, 2003: 95). A maioria das pessoas deslocadas revive, continuamente, a violência de ter que se mover do lugar em que moram, sem nenhuma segurança legal, uma vez que são, em geral, posseiras do imóvel que ocupam, sem comprovação de propriedade. Desde modo, o deslocamento intraurbano representa, na maioria dos casos, um (re)deslocamento, difícil de ser rompido.

Vou dizer algo muito bonito, meninas. Vocês se lembram da semana passada em que nos fizeram um convite para ir a um lançamento de livro? Olhem que nós fomos discriminadas muito violentamente e lá escutei uma palavra que ficou na minha cabeça. Nós deslocados somos muito rejeitados, nos chamam de ladrões, delinquentes, matadores; enfim, nos chamam de um monte de coisas. Fizemos algumas visitas ao padre da Torre e Pacífico que tirou algumas fotos e fez um livro com estas fotos. Ele disse que se havia dignidade em alguma parte era em nós deslocadas, por termos vindo para cá com a roupa do corpo. Éramos muito dignas apesar da pobreza, do que vivemos.²²

Dados da *Personería* de Medellín (Unidade Permanente de Direitos Humanos), citados pela assessoria de imprensa do IPC,²³ em junho de 2011, reportaram 1 112 (mil cento e doze) casos de deslocamento forçado intraurbano, sendo 80% das famílias deslocadas chefiadas por mulheres. Um relatório mais recente da mesma *Personería* de Medellín, citado pelo jornal *El Colombiano*, assinala que, entre janeiro e novembro de 2011, 501 (quinhentos e um) meninos e 30 (trinta) meninas foram obrigados a se deslocar com suas famílias, por se negarem a participar dos grupos armados ou prestar-lhes algum serviço. Os dados também ressaltam o aumento do homicídio de mulheres (feminicídio):

²² Trecho da entrevista com o grupo de deslocadas “Mujeres Creativas con Esperanza”, em setembro de 2007.

²³ Assessoria de Imprensa do IPC (Instituto Popular de Capacitación). Consultado em 18.12.2012, em http://www.ipc.org.co/agenciadeprensa/index.php?option=com_content&view=article&id=509:preocupacion-en-medellin-por-casos-de-violencia-contra-las-mujeres&catid=37:general&Itemid=150.

Mas as preocupações da Updh da *Personería* também se centram no aumento de homicídios de mulheres no município de Medellín. Segundo números da Medicina Legal, durante o primeiro semestre de 2010 foram registrados 62 assassinatos de mulheres contra 75 ocorridos no mesmo período deste ano.

Por sua vez, o jornal “El Espectador”, na sua edição de 13 de junho de 2011, relatou:

Em menos de cinco horas três mulheres foram assassinadas em Antioquia, o que acionou os sistemas de alerta das autoridades deste departamento. Mulheres que não alcançam os 30 anos foram assassinadas, em alguns casos, com crueldade. Uma delas, de apenas 28 anos, morreu por asfixia mecânica. Ao longo do ano, em Medellín, são 54 mulheres assassinadas, enquanto no departamento já são 129.

A liberdade das mulheres de decidirem sobre seus corpos é percebida como ameaça pelos grupos armados. “Os diversos grupos armados e ‘combos’ que ficam nas esquinas debocham e ridicularizam as mulheres. Também proibem determinadas formas de vestir e restringem a mobilidade entre os bairros” (Gallego, 2003: 43). Aquelas que têm a coragem de desafiar o controle dos homens armados são punidas no próprio corpo. Tornam-se alvos de abusos sexuais e de assassinato. A estatística oficial mascara que estas violências têm implicações de gênero. Decorrem da visão de que o corpo da mulher é uma extensão do território dominado, servindo como instrumento para realização do poder masculino bélico.

A presença dos atores armados ilegais nos bairros de Medellín se mantém e está associada não apenas a fatores derivados do narcotráfico e do microtráfico local. A incursão destes atores em setores legais e ilegais da economia para aumentar sua capacidade e interesses econômicos, há anos, criou outra forma de impacto nas mulheres: a criação de empresas dedicadas à exploração sexual, inclusive de meninas. De acordo com a Mesa de Direitos Humanos da Comuna 6, algumas mulheres, entre elas muitas meninas, são enganadas e levadas a zonas rurais, de presença de grupos paramilitares, a pedido destes, como forma de “serviços sexuais”, especialmente em zonas de exploração mineira. Tal cenário confirma a urgência de desencobrir as causas profundas da violência direcionada às mulheres de Medellín. Para tanto, parecem-nos relevantes e atuais as palavras da Mesa de Trabajo “Mujer y Conflicto Armado”, apresentadas há sete anos como análise da situação imediatamente posterior à derrota das milícias guerrilheiras e à desmobilização do grupo paramilitar Bloque Cacique Nutibara:

Não se pode afirmar que a situação está melhor na cidade. As condições em que vivem e morrem as mulheres mostram que as guerras continuam sendo realizadas através de seus corpos e atentando contra seu direito à vida e à integridade pessoal. O silêncio e a impunidade em relação às atrocidades contra as mulheres ferem o direito à justiça e o substituem por uma paz de papel que não será sustentável por muito tempo. A paz não depende apenas da redução das balas, requer também verdade, justiça e reparação. (Mesa de Trabajo ‘Mujer y Conflicto Armado’, 2005: 34)

Imaginar a paz com as mulheres em Medellín

A história do conflito e da violência armada na Colômbia, e particularmente na cidade de Medellín, se inscreve na complexa dinâmica da guerra e da paz. Uma concepção restrita de paz, centrada na ausência de “guerra” entre grupos armados, limita a necessária leitura de outras perspectivas, associadas com os direitos plenos gozados por homens e mulheres.

No caso de Medellín, mais de vinte anos de história de conflito armado e de violência, mostram que cada vez mais as mulheres em sua dimensão social, humana e física são impactadas. Ainda que se trate de uma violência invisível nas estatísticas oficiais, as pesquisas e o trabalho de muitas organizações de mulheres vêm tirando estes crimes da obscuridade, trazendo-os para o debate público. Esta visibilização tem permitido assinalar o sub-registro nos números, a complexidade do contexto e as variantes de violência que impactam a vida das mulheres. A organização das mulheres é uma condição fundamental para a ruptura das violências circulares que as afetam, abrindo possibilidades para pensar a construção de uma perspectiva crítica da violência política, que não sacrifique o corpo de muitas em nome dos interesses de alguns. Contudo, isto não basta. A visibilização e a organização devem ser úteis para que se tomem medidas de choque e de longo prazo que reduzam a zero as violências contra as mulheres. Talvez seja hora de dar um passo adiante e colocar o tema na agenda pública, construindo alternativas de resistência e políticas reais em favor dos direitos integrais das mulheres.

Referências bibliográficas

- Castaño, José Alejandro (2006), “Cuánto cuesta matar a un hombre? Relatos reales de las comunas de Medellín”. Bogotá: Grupo Editorial Norma.
- Castro, Nelly (2005), “Una larga noche: los caminos del conflicto en Colombia”. Berlim: Pro Business.
- Cockburn, Cynthia (2004), “The Continuum of Violence: A Gender Perspective on War and Peace”, in Wenona Giles e Jennifer Hyndman (orgs.), *Sites of Violence: Gender and Conflict Zones*. Berkeley: University of California Press.

- Cubides, Fernando (2006), “Proceso inconcluso, verdades a medias: para un balance de las negociaciones del gobierno Uribe con los paramilitares”, *Análisis Político*, 57, 55-64.
- Enloe, Cynthia (2007), “Globalization and Militarism: Feminists Make the Link”. Plymouth: Rowman & Littlefield Publishers.
- Gallego, Marina (2003), “Ecos de una guerra urbanizada”, in Mesa de Trabajo “Mujer y Conflicto Armado”, *Conversaciones en la Mesa*. Bogotá: Mesa de Trabajo “Mujer y Conflicto Armado”.
- García-Peña, Daniel (2005), “La relación del Estado colombiano con el fenómeno paramilitar: por el esclarecimiento histórico”, *Análisis Político*, 53, 58-76.
- García Márquez, Gabriel (1996), *Journal d'un enlèvement*. Paris: Grasset & Fasquelle.
- Kay, Cristóbal (2001), “Reflections on Rural Violence in Latin America”, *Third World Quarterly*, 22 (5), 741-775.
- Melo, Jorge Orlando (1990), “Algunas consideraciones globales sobre ‘modernidad’ y ‘modernización’ en el caso colombiano”, *Análisis Político*, 10, 26-43.
- Mesa de Trabajo “Mujer y Conflicto Armado” (2006), “Sexto informe sobre violencia sociopolítica contra mujeres, jóvenes y niñas en Colombia”. Bogotá: Mesa de Trabajo “Mujer y Conflicto Armado”.
- Mesa de Trabajo “Mujer y Conflicto Armado” (2005), “Quinto informe sobre violencia sociopolítica contra mujeres, jóvenes y niñas en Colombia”. Bogotá: Mesa de Trabajo “Mujer y Conflicto Armado”.
- Moreno Bedoya, Roberto (2003), *Conflicto urbano y derechos humanos en Medellín – Balance desde diferentes sectores sociales*. Medellín: IPC.
- Moura, Tatiana (2007), *Rostos invisíveis da violência armada: um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- Peña, Carina (1997), “La guerrilla reviste muchas miradas: el crecimiento de las FARC en los municipios cercanos a Bogotá: Caso del Frente 22 em Cundinamarca”, *Análisis Político*, 32, 83-99.
- Ortiz Sarmiento, Carlos Miguel (1991), “El sicariato en Medellín: entre la violencia política y el crimen organizado”, *Análisis Político*, 14, 68-84.